

FOLHAS VERDES



Órgão de Informação do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

Edição Número 217 de Março - Abril de 2016



Nesta Edição:

Editorial	2
No Distrito de Bilene, Província de Gaza: Associação Agrícola de Manzir quer explorar os 600 hectares de terra no cultivo de arroz e diversas hortícolas	3
Na província de Tete: Distrito de Moatize acolhe a Reunião Técnica Extraordinária do Subsector da Cultura de Tabaco em Moçambique	4
No âmbito da criação de um Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI), que enquadra se no projeto PROSUL: MundiServiços apresenta o Estudo de Viabilidade para o Estabelecimento de Centros de Serviço nas Cadeias de Hortícolas e Mandioca	6
Produtores de Pequena Escala Recebem Motobombas na Província de Nampula	7
Recomenda José Pacheco em Inhambane: Apostar na irrigação como alternativa à chuva	8
Regadio de Chimunda recebe primeira sementeira para o Ensaio do Sistema	9
No País: Cresce a noção do valor nutritivo da batata-doce	10



FICHA TÉCNICA

Edição: **Direcção de Documentação e Informação Agrária – DDIA**. Caixa Postal: 1406. Cel.: 823038186/823038165. Fax: 21321173. Edifício da Direcção da Agricultura da Cidade de Maputo. Maputo – Moçambique. Redacção: **Félix A. Senete**. Compilação/Arranjos: **F.A.Senete**. Revisão: **Colectivo do DDIA**. Supervisão: **Germano Amado**. Fotografias: **F.A.Senete/Colaboradores**. Distribuição: **DDIA**. Registo: 4171/RLINLD/2004. Tiragem: **250 Exemplares**. Endereço Electrónico: folhasverdes.agricultura@yahoo.com.br / www.masa.gov.mz/publicações

O Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) vai realizar nos dias 25 a 27 de Maio do corrente ano, no distrito de Namaacha, na província de Maputo, o segundo conselho coordenador, com objectivo e fazer o balanço do Plano Económico Social (PES) de 2015, da campanha Agrária 2015/2016.

No cumprimento da sua missão, o MASA realiza este segundo conselho coordenador sob o lema "Pela Produtividade e Competitividade Agrária, Segurança Alimentar Para o Crescimento Sustentável Inclusivo".

Segundo a nota do plano do evento que o "folhas verdes" teve acesso, o evento será dirigido por Sua Excelência Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, Jaime Pacheco, e nele deverão tomar parte cerca de 175 participantes entre eles Directores Nacionais e provinciais, coordenadores de projectos e técnicos de MASA aos níveis central, provinciais e distrital, para além dos convidados de diversas instituições públicas e privadas, representantes dos Ministérios, representantes da FAO e PMA, representantes das academias da UEM e UP, das Associações de Produtores, parceiros, organizações não governamentais, antigos ministros e vice ministros residentes na província de Maputo, comissões, Agências, melhor produtor, extensionistas, jovem produtor e melhor mulher produtor nacional da edição 2015, e da sociedade civil. Salientar que os representantes da FAO e PMA, representantes do Parceiros de Cooperação e Organizações não-governamentais internacionais apenas participarão na cerimónia de abertura e encerramento do evento. Os membros do Governo Distrital devem participar na cerimónia de abertura e de encerramento da secção de formação e os chefes dos Serviços Provinciais e os Directores do

SDASA da província de Maputo deverão participar a tempo inteiro no evento.

De realçar que, este segundo conselho realiza-se numa ocasião em que no nosso país ressentem-se dos prejuízos ocorridos nas campanhas agrícolas 2014/2015, e enfrenta a baixa produção de alimentos durante a campanha 2015/2016, devido a seca, estiagem e as cheias que afectam o país. Esta situação desafia o MASA a reflectir em projectos, programas e planos da acção estratégica do sector Agrário, não descartar a avaliação das metas preconizadas no Programa Quinquenal do Governo para o ano de 2015 e delinear as linhas de orientação para o PES de 2017, bem como divulgar os instrumentos de orientação estratégica para a produção de culturas alimentares e de rendimentos para os próximos anos com intuito do aumento de produtividade agrícola, que salvasse a segurança alimentar e nutricional.

Frisar que o segundo conselho vai aflorar os mecanismos para a implementação das acções prioritárias do MASA para 2016 que visam o aumento da capacidade de responder a demanda interna por alimentos, a redução das importações de alimentos, a criação de alicerces para a exportação de produtos e serviços agrícolas e para a criação dum ambiente favorável e meios de produção para o aumento da produtividade, produção e competitividade no sector agrícola.

Ainda neste conselho será levantado o balanço da implementação das decisões tomadas no primeiro conselho coordenador do MASA, balanço das actividades do 1º trimestre no que concerne ao PES e acções Estruturantes, levantamento do balanço preliminar da campanha agrícola 2015/2016, programa de

incubação de jovens no que diz respeito a boas práticas, casos de sucesso e desafios, Programa de Transferência de Tecnologia Agrária (PITTA) e pontos de situação dos centros de prestação de serviços.

Acrescentar que o evento será constituído por feiras agro-pecuárias que vai ser um momento importante em que os distritos da província de Maputo irão apresentar as potencialidades, oportunidades e os produtos agrícolas que são produzidos em cada um dos distritos. Ainda neste segundo conselho vai decorrer uma reunião com os produtores tendo em conta o número representativo de produtores agrícolas, florestais, criadores, apicultores, piscicultores, e representantes das associações de todos os postos administrativos e localidades do distrito.

Auferir que serão feitas visitas de campos o que vai constituir um momento de troca de experiências e aprendizagem de boas práticas, onde ela vão ser efectuadas por quatro equipas para as diversas actividades que estão sendo realizadas pelos distritos de Namaacha e zonas circunvizinhas do distrito de Boane.

No Distrito de Bilene, Província de Gaza

ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE MANZIR QUER EXPLORAR OS 600 HECTARES DE TERRA NO CULTIVO DE ARROZ E DIVERSAS HORTÍCOLAS



Membros da Associação de Produtores de Manzir, interagindo com o Director dos Serviços Distritais de Actividades Económicas de Bilene e o técnico do Regadio de Baixo Limpopo, sobre as modalidades de intervenção da RBL no apoio na produção e colheita do Arroz

Trata-se de uma associação que existe há mais de 21 anos, composta por 20 membros dos quais, 10 são homens e 10 são mulheres e que possui uma área de 600 hectares para a produção do arroz e de diversas hortícolas.

Contudo, a exploração dos 600 hectares está sendo um quebra-cabeça, sendo possível explorar somente 148 hectares. Este quebra-cabeça, segundo afirma Jaime Mupissa, presidente da associação, advém do facto de, a zona sul ser assolado por secas persistentes que vêm consumindo a mesma, desde Dezembro do ano passado, o que acaba por condicionar a produção e o crescimento das culturas.

Mupissa vai longe ao afirmar que, caso a zona sul não registre precipitação até ao mês de Julho a campanha agrícola lançada pelo governo está sujeita a sucumbir. Apesar da seca prolongada que

se regista na zona sul do país, existe no Distrito de Bilene, uma tendência em captar as águas das nascentes para fazer face a falta de precipitação, fazendo o uso da mesma para fins de irrigação. Porém, as águas da nascente não são suficientes para a irrigação, visto que é, outrossim, partilhada com outros produtores como são o caso dos produtores de cana-de-açúcar.

Para solucionar a questão da insuficiência deste “líquido precioso” em Bilene, o presidente da associação é da opinião de que, tinha que haver uma alternância no uso das águas da nascente por parte dos agricultores do arroz e dos da cana-de-açúcar, o que não se verifica, pois os gestores comunitários não fazem o devido controlo no uso da mesma.

Ainda arrolando as prováveis soluções, Mupissa diz que se deveria construir presas que pudessem reter a água para regar

a baixa, durante o ciclo de estiagem. Diz ainda que, deve se reforçar a estrutura de retenção de água do rio Incomáti, pois a água vai se desperdiçando devido à falta de consistência da mesma.

No que tange à comercialização, a associação falou ao “Folhas Verdes” que, o atual comprador do arroz é a Fábrica de Descasque do Arroz que faz a avaliação do mesmo na fábrica, o que faz com que associação sinta se lesada, uma vez que consideram haver falta de clareza sobre as quantidades que para lá foram alocadas e, sobretudo, no trabalho de laboratório no qual, não são envolvidos, mas para a associação, não deveria ser assim, mas sim deveria fazer a avaliação do arroz, ainda no campo, à semelhança do que faz a fábrica da MIA. Em contrapartida, os produtos que mais rendem para a associação, são as hortícolas, visto que, os maiores consumidores são os residentes de Bilene.

De referir que, a Associação Agrícola de Manzir, assim como outros produtores da Baixa, foram contactados pela Bolsa de Mercadorias que pretende introduzir um sistema de vendas mais rentável, no qual serão instalados silos, certificação e toda produção será dirigida para esta entidade que de lá receberão pagamento em cheque, irá ajudar os produtores a venderem com segurança os seus produtos.

Além dessa medida da Bolsa de Mercadorias, entidades governamentais, mais concretamente o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) está a enveredar esforços com vista a incrementar a produção do arroz e, desta forma, estancar a fome na zona sul do país, em particular na província de Gaza.



Na província de Tete

DISTRITO DE MOATIZE ACOLHE A REUNIÃO TÉCNICA EXTRAORDINÁRIA DO SUBSECTOR DA CULTURA DE TABACO EM MOÇAMBIQUE



Participantes da Reunião Extraordinária do Subsector do Tabaco, pousaram para a foto de família com a Administradora do Distrito de Moatize, Director Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar, Director Nacional de Agricultura e Silvicultura e convidados

A Direcção Nacional da Agricultura e Silvicultura em coordenação com as Empresas produtoras de tabaco em Moçambique, realizou no passado dia 15 de Abril, na província de Tete, Distrito de Moatize, uma Reunião Técnica Extraordinária do Subsector da Cultura de Tabaco em Moçambique.

Apesar de o Distrito de Moatize não fazer parte dos distritos que mais produzem tabaco em Tete, foi o local escolhido pela Direcção Nacional da Agricultura e Silvicultura para acolher a Reunião Técnica Extraordinária do Subsector da Cultura de Tabaco em Moçambique.

Num encontro que durou quase todo dia, estiveram presentes várias figuras do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar, com maior destaque para, Chefe do Departamento de Culturas e Aviso Prévio na DINAS, Ponto Focal do Subsector da Cultura de Tabaco do nível Central, representantes da Direcção de Planificação e Cooperação Internacional (DPCI), representado pelo Departamento de Cooperação Internacional (DCI), Direcção de Documentação e Informação agrária (DDIA), representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), representantes do Ministério da Indústria e Comércio (MIC), representan-

tes do Ministério da Saúde (MISAU), Chefes dos Serviços Provinciais de Agricultura das províncias produtoras de tabaco e/ou seus representantes (Niassa, Nampula, Zambézia, Tete e Manica), Director de Serviços Distritais de Actividades Económicas de Moatize, Empresas Fomentadoras, nomeadamente: representantes da Moçambique Leaf Tabaco (MLT) e a SONIL, Tabacos de Malema, representantes das empresas produtoras de cigarros (Philip Mórís International e British American Tobacco).

A reunião propôs-se a discutir vários temas ligados à produção, fabrico, processamento e venda do tabaco em Moçambique. Destes temas, estiveram em debate as questões da sustentabilidade da produção do tabaco em Moçambique, o impacto económico da produção do tabaco em Moçambique, a intensificação da produção de comida nas zonas de produção do tabaco, a Declaração de Lilongwe, processo de ratificação da Convenção Quadro do Controlo do Tabaco (CQCT), reflexão sobre artigos 9 e 10 da CQCT, as embalagens genéricas, a questão do imposto, importância das posições dos países do T5 e o fortalecimento das posições regionais.

Para dar arranque ao debate dos temas propostos, o Ex. Sr. Presidente do Município da Vila de Moatize, Sra. Administradora do Distrito de Moatize e o Director Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar de Tete deram boas vindas aos convidados e não esconderam as suas felicidades pelo facto de o Distrito de Moatize ter sido escolhido para acolher a reunião.

Disseram ainda que, há necessidade de se incentivar mais a produção desta cultura que tem gerado rendas para famílias que a ela se dedicam e também para o país no seu todo. Contudo, o Director Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar de Tete afirma que, a produção de tabaco deve acompanhar, igualmente, a produção de comida com vista a garantir a segurança alimentar na província de Tete.

Ainda nas calorosas boas vindas, o Director Nacional da Agricultura e Silvicultura saudou as empresas fomentadoras do tabaco que no dia-a-dia contribuem para que essa cultura gere mais lucros e, por resultado disso reduziremos dependência externa, temos uma alimentação autossuficiente e, sobretudo a geração de rendas e riqueza. Na mesma senda, o Director Nacional da Agricultura e Silvicultura disse sentir-se com grande responsabilidade em fazer parte da reunião acerca da cultura do tabaco e disse que é importante que intensifiquemos, igualmente, a produção de comida para estancar a fome, pois não enquanto existir fome não haverá produção de tabaco.

Em jeito de fecho da secção de abertura, o Director Nacional da Agricultura e Silvicultura disse que o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar aprovou o Programa de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), com vista à promoção de um ambiente favorável para atingir os grandes objetivos da actividade agrária e lamentou, igualmente, o facto de a campanha

agrícola 2015/2016 ter fracassado devido as calamidades naturais, o caso da estiagem na zona sul e cheias zonas norte e centro do país o que fez com que houvesse a subida de preços e diminuição de alimentos nos principais mercados.

Percurso e desafios da produção do tabaco em Moçambique

Aberta a secção, prosseguiu a apresentação do historial da produção do tabaco em Moçambique e os desafios que a mesma enfrenta.

Nesta perspetiva, para a continuação da produção do tabaco são necessários investimentos tecnológicos e uma abordagem holística por parte das pessoas mais ligadas ao assunto. Além disso, existem vários outros fatores que concorrem para a evolução da produção desta cultura no país, discriminadamente: a expansão massiva da demanda e produção, facilidades de créditos em insumos para produtores, oportunidades, efeitos colaterais positivos (maior mobilidade de dinheiro nas zonas rurais), desenvolvimento de outras actividades comerciais e da rede de transporte. São esses fatores que, conjugados, farão com que a produção do tabaco evolua.

Identificando se com a Causa, as empresas têm implementado boas práticas agrícolas e de reflorestamento sustentável tanto espécies como exóticas e programas de regeneração da floresta nativa e plantação de secadores vivos. Essas empresas cumprem, outrossim, com a responsabilidade social. Além disso, as empresas ajudam em tecnologias para

preparação de terras e lavouras para rotação e diversificação de culturas nas zonas de produção de tabaco e para a programas para compra de culturas alimentares.

As empresas fomentadoras, investem anualmente mais de 250 milhões de dólares americanos na aquisição dos componentes necessários para a produção, compra e venda de sementes e pagamento de mão-de-obra permanente e sazonal. A título de exemplo, a campanha agrícola 2014/5 beneficiou de um total de 2.6 mil milhões de metcais para insumos agrícolas.

Com a produção de tabaco, o nível de vida tende a melhorar e as zonas rurais têm registado um crescimento acelerando, tornando se cada vez mais exigente no diz respeito aos meios de transportes e comunicação, aumento de postos de trabalho, distribuição da semente melhorada de milho acompanhada por um pacote de fertilizantes e melhorias de serviços e, por consequência, muitos provedores de serviço entraram no subsector de tabaco.

No que tange aos pontos em que o tabaco é produzido, maior destaque vai para Quênia, Malawi, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe que, coletivamente, produzem cerca de 18% de tabaco no mundo, chegando a render 2.3 biliões de dólares de valor económico, além de servir de renda às famílias em mais de um milhão de produtores. Estes países reconhecem a importância do tabaco para os T5 uma vez que a ajuda a gerar rendas nas zonas, rurais e são um alívio a pobreza.

Foi reconhecendo a importância desta cultura que, na reunião de Lilongwe que se enfatizou a necessidade de acções concretas, com envolvimento das missões Diplomáticas junto a SADC, UA, UE, OMC, OMS, ONU e outras instituições internacionais relevantes. Foi essa reunião que recomendou cada país de T5 que deveria formar um Grupo Interministerial que, para o caso de Moçambique é composto por: MASA, MIC, MITADER, MINEC, Economia e finanças pela Autoridade Tributária e o sector privado representado pela produção, comercialização e industrialização do tabaco. Porque a cultura de tabaco tem sido fonte de rendimento para as famílias e uma das alternativas para reduzir os índices de pobreza, os Ministérios intervenientes pautam pela proposta de consubstanciar a formalização e assinatura da adoção à coligação dos T5.

Fora à coligação dos T5, ha necessidade de Moçambique ratificar a Convenção Quadro para o Controlo do Tabaco (CQCT) o que permitirá ao país negociações de futuros protocolos e captar apoio para o desenvolvimento das alternativas economicamente viáveis e saudáveis. A CQCT está já na Assembleia da República, esperando a sua discussão para que possa se consumir a ratificação de Moçambique. A CQCT é um órgão que reúne em cada dois anos para debater questões ligadas ao tabaco e a 7ª secção terá lugar no dia 7 a 12 de Novembro de 2016, em Nova Deli, Índia.

Por outro lado, decidiu que as “embalagens genéricas” serão adotadas de uma cor opaca, com imagens grotescas e remoção de todos os elementos de Marca com isso, a procura da folha de qualidade cai e seu valor diminui, em consequência, o preço pago aos agricultores e na exportação reduz. A solução para isso, seria a educação civil e a sensibilização dos consumidores, em vez de medidas extremas não testadas e não comprovadas e também conduzir programas para a juventude no âmbito da prevenção do tabagismo.

Principais sugestões

Diante desses desafios todos, foram propostas na reunião sugestões com vista a ultrapassá-los, nomeadamente:

- As empresas fermentadoras de tabaco



devem incluir nos seus planos a componente de produção alimentar com muito afinco;

●O programa de reflorestamento deve ser cada vez mais intensificado;

●As empresas devem continuar a prestar responsabilidade social em coordenação com o Governo Provincial e Distrital na sua implementação;

●Incluir no programa de treinamento dos produtores, a matéria de gestão dos valores arrecadados na venda de tabaco;

●As empresas fomentadoras devem intensificar cada vez mais a implantação do programa/sistema de Bancarização nas zonas de produção de tabaco, em coordenação com o MITADER para os produtores movimentarem avulta-

das somas de valores;

●As empresas devem, em cada dois anos, salvaguardar a questão de análise do solo e aspetos técnicos de erosão;

●As empresas fomentadoras de tabaco devem preparar brochuras de Boas práticas de Produção e disponibilizarem aos produtores de tabaco;

●Moçambique deve, definitivamente, ratificar a Convenção Quadro de Controlo de Tabaco (CQCT);

●No que tange ao gradualismo, venceu se a necessidade do que vai se levar à COP7, entanto como país e/ou região e que as decisões devem ser sustentáveis a longo prazo.

Para terminar o encontro, o Director Nacional da Agricultura e Silvicultura apelou

aos presentes para que enveredem esforços com vista a fazer com que a produção de tabaco e a concretização dos objetivos traçados nessa reunião sejam plenamente alcançados, tanto a nível nacional para gerar renda e ajudar as famílias a ultrapassar a pobreza, como a nível internacional com vista a aumentar a percentagem de exportação desta cultura. Ainda no seu desfecho, o Director Nacional da Agricultura e Silvicultura disse devem ser acompanhados os processos de ratificação da CQCT e instou ao MITADER para intensificar a implementação do sistema de Bancarização Rural nas zonas rurais.



No âmbito da criação de um Centro de Promoção da Agricultura (CEPAGRI), que enquadra se no projeto PROSUL

MundiServiços apresenta o Estudo de Viabilidade para o Estabelecimento de Centros de Serviço nas Cadeias de Hortícolas e Mandioca

Projeto desenvolvido pelo Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

Estiveram reunidos, dia 21 de Abril de 2016, na sala de conferencia do Hotel VIP na cidade de Maputo, quadros das direcções das cidades, direcções provinciais de Inhambane, Gaza e Maputo do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA), Equipe do Projeto PROSUL, parceiros de implementação e os Consultores do MundiServiços que conduziram o estudo, entre outros convidados, para apresentar o estudo de viabilidade para a instalação de Centros de Serviços nas Cadeias de horticultura e mandioca.

O encontro começou com o discurso de abertura do Exmo. Sr. Director do CEPAGRI, que saudou e agradeceu a todos pela presença na sala, deu a conhecer o programa. Posto isto, o Exmo. Senhor Director do CEPAGRI, disse que o projecto tem por objectivo aumentar a produção e a produtividade no âmbito das culturas de hortícolas e mandioca com vista a estancar o fenómeno da fome que tem-se alastrado por quase todo o país. Ainda no

seu discurso de abertura, o Exmo. Senhor Director do CEPAGRI, apelou maior eficiência e proactividade, ou seja, o projecto deve se adequar as realidades vigente em cada distrito, incluindo as imprevisibilidades.

Depois do discurso de apresentação e abertura do Exmo. Director do CEPAGRI, seguiu se a apresentação do próprio estudo por parte dos consultores da MundiServiços, empresa que realizou o estudo para a implantação dos Centros de Serviço (CPS) nas cadeias de horticultura e mandioca. Para começar, os consultores da MundiServiços, apresentaram aquilo que eh a sua empresa e os anos que estão a operar no Mercado. Segundo eles, o estudo de Viabilidade para o estabelecimento de Centros de Serviços na cadeia de Hortícolas e Mandioca CPS Pro, consiste num projecto empresarial social que tem como objectivos a prestação de serviços abrangentes às cooperativas e MPME com fins lucrativos.

O mesmo compreenderá três fases, a primeira diz consiste em fazer visitas aos distritos que serão abrangidos pelo projecto, a segunda fase corresponde a solução CPS a partir de análise de hortícola mandioca e os modelos de CPS, por fim temos a questão da viabilidade e processo de implementação dos CPS do PROSUL.

Foram quase duas horas, que o estudo de viabilidade era apresentado pelos consultores da MundiServiços. Para começar a sua apresentação, os consultores começaram por indicar quais são os objectivos de CPS do PROSUL e apresentaram os distritos que serão abrangidos por este projecto. Serão abrangidos distritos da zona sul do país, província de Maputo (Boane, Marracuene, Moamba, Namaacha) provincial de Gaza (Chókwé, Xai Xai, Chibuto, Guijá, Manjacaze) e província de Inhambane (Zavala, Inharrime, Jagamo, Morrumbene Massinga), que

produzirão hortícolas e mandioca.

Os CPS do PROSUL, além de instalarem os centros de cadeias de hortícolas e mandioca, incluirão, ainda, empresas para a venda de insumos, de máquinas, de reparação de máquinas e ainda de pequenos bancos para financiar o agricultor.

Ainda na sua explanação, os consultores apresentaram o estudo de viabilidade do CPS do PROSUL, no qual eles apresentaram os investimento e financiamentos, viabilidade e rentabilidade do CPS do PROSUL que serão necessários para a implantação do CPS do PROSUL.

De acordo com o estudo, o CPS do PROSUL precisará de um financiamento de 54 370 370 MNZ que serão arrecadados de investimentos privados, investimentos de produtores (cooperativas agrícolas), financiamento bancário, doação da PROSUL e Fundo Catalítico/Capital de Risco.

No que tange ao modelo de posse de Capital do CPS PROSUL, o estudo prevê um cenário de curto a longo prazo no arranque das actividades e a evolução do modelo a longo prazo. Neste âmbito, os CPS/PRO, serão promovidas por empresas

sociais com fins lucrativos, o Estado poderá também ser accionista por via pública da gestora do fundo catalítico e a participação empresas de agronegócios dos distritos. Mas, o CPS/PROSSUL, não pertence nem ao privado nem ao Estado, visto que ambos apresentam vantagens e desvantagens quando se trata de produção, eficiência, eficácia e participação da sociedade.

Ainda no modelo de posse de Capital do CPS PROSUL, a participação do privado em termos de investimento é até no máximo, 70% do total de Capital próprio, a cooperativas, inicialmente eh de 5% mínimo e o fundo Catalítico eh de até no máximo 65%. A implantação do CPS/PRO, ocupará uma área de 15.000 m2 no mínimo.

O Centro compreendera 3 blocos, primeiro destinado ao fornecimento de insumos, ferramentas, pequenos equipamentos e pequenas mercearias, o segundo compreendera serviços de oficinas e venda de peças e o terceiro vocacionado para os armazéns.

Depois disso, foram apresentados os

investidores e parceiros do CPS/PRO, como são o caso de TECA, CAVA E GAPI. Para terminar o encontro, os consultores apresentaram a periodização para a concretização do estudo que compreende 8 trimestres e apresentaram os responsáveis de cada área, como são o caso da criação das empresas gestoras que serão encarregues ao Parceiro e Provedor de Serviços, mobilização de doadores, e celebração de financiamento com parceiros estratégico encarregue a equipa da PROSUL e Parceiros Doadores, cabe aos Parceiros Implementadores GAPI e SNV e Provedor de Serviços e desenvolver um portal de conhecimento de negócios dos CPS/PRO cabe a PROSUL e Provedor de Serviços.

De salientar que, o facto de o projecto referir determinadas áreas e determinadas culturas, não significa que vale excluir para excluir os outros locais e culturas, mas porque cada um tem nome e apelido, o nosso projecto chama se PROSUL e produz mandioca e hortícolas.

Produtores de Pequena Escala Recebem Motobombas na Província de Nampula



Segundo o Plano Estrategico da Provincia de Nampula, esta parcela do País possui uma área irrigavel de 74.000 hectares dos quais 6500 hectares são actualmente irrigados sendo 23% pertecem ao sector privado e o restante são do sector familiar atraves das associações regantes.

Para fazer face as mudanças climáticas que afecta a população camponesa de Nampula, o Governo Provincial atravez da Direcção de Agricultura e Segurança Alimentar de Nampula definiu a irrigação como umas das prioridades do sector agrícola.

Neste contexto, através dos fundos do orçamento do Estado, a Direcção Provincial da Agricultura e Segurança Alimentar , adquiriu 180 moto-

bomba sendo 103 de 4 polegadas e 77 de 2 polegadas podendo irrigar até 982.5 ha. Esta acção beneficiou 23 Distritos da provincia e vai proporcionar condições para a produção de hortícola todo ano.

No acto da entrega o governante daquela Provincia do norte do País Victor Borge enalteceu que, os recursos alocados vão contribuir para a intensificação da produção e produtividade agrícola e crescimento sustentável do Sector Agrário de Moçambique, através duma maior utilização equitativa e sustentável dos recursos hídricos no quadro da agricultura irrigada.

RECOMENDA JOSÉ PACHECO EM INHAMBANE

Apostar na irrigação como alternativa à chuva

O GOVERNO vai consolidar a estratégia do investimento nas infra-estruturas hidráulicas como alternativa adequada á queda irregular da precipitação, seca e estiagem, bem como para sucesso do agro-negócio através da implementação de uma agricultura de conservação e comercial.

Esta ideia transmitida pelo Ministro de Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, aos técnicos agrónomos e produtores na província de Inhambane, face á situação da seca que fustiga aquela região.

Para o efeito, Pacheco disse que a província de Inhambane tem como grande desafio imediato a operacionalização do sistema de regadio de chimunda, no distrito de Govuro, com capacidade de mil hectares, cujas obras de construção terminaram no mês de Outubro do ano passado, mas que até hoje ainda não começou a produzir comida.

Aquele dirigente disse que é urgente que sejam resolvidas todas situações que impedem que o regadio de Chimunda funcione, nomeadamente assinatura do contracto do Governo com o gestor do empreendimento.

Segundo afirmou, Chimunda deve contribuir na redução da insegurança alimentar no distrito de Govuro, assim como na região norte da província de Inhambane.

Dados divulgados pela Directora Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar, Filomena Maiope, no informe prestado ao ministro, indicam que apenas 2040 hectares de um total de 3.365.2 hectares infra-estruturados, são os que estão sendo explorados, beneficiando a 2550 produtores.

Para mudar o cenário da insegurança alimentara nível da província, a direcção Provincial de Agricultura e Segurança Alimentar apresentou como desafio a operacionalização e intensificação de aproveitamento integral de várias infra-estruturas hidráulicas nomeadamente Inhasune- Ramalhusca, no distrito de Panda, regadio de Macuame com capacidade de 300 hectares na Maxixe, Mahangue, com 500 hectares no distrito de Morrumbene, Chilacua e Murie com 50 e 60 hectares, respectivamente em Massinga, 400 hectares em Pambara, 90 e Machengue e 1250 hectares em Chichocane, todos no distrito de Vilankulo, bem como 50 hectares na baixa de Magumbela em Jangamo.

Pacheco foi informado igualmente que Inhambane apresenta um défice em cerca de 251.611 toneladas de comida para pouco mais de 1.854.138 toneladas como necessidades básicas para alimentar mais de 1500 ml habitantes daquela pro-

víncia já que a última sagra agrária rendeu aos produtores 2.440.158 toneladas de culturas alimentares.

Face á esta situação, a província apresentou ao dirigente no que diz respeito ao consumo de alimentos cerca de 40 por cento dos agregados familiares de Inhambane possui uma dieta inadequada e o acesso de comida nos dias que correm tende a reduzir, influenciado pelo baixo desempenho das últimas campanhas agrícolas, onde a proporção dos agregados familiares sem reservas alimentares é calculada em cerca de 96 por cento.

Esse cenário, segundo o informe da Filomena Maiope, agrava-se neste momento em que se verifica a subida de preços de produtos alimentares básicos nomeadamente 18 meticais o quilograma de milho contra dez meticais no ano passado.

As autoridades locais afirmam que a situação da insegurança alimentar e nutricional da província de Inhambane é classificada como sendo moderada com tendência a preocupante nos distritos de Govuro, Inhassoro, Mabote, Funhalouro, Panda e Hoimoine.



Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, fez o apelo aos produtores do sector familiar dos Distritos com melhores condições de progredir na luta contra a fome

Regadio de Chimunda recebe primeira sementeira para o Ensaio do Sistema



Regadio de Chimunda recebe primeira sementeira

Mais de dez hectares, dos mil que compõem o regadio de Chimunda, distrito de Govuro, vão receber esta semana a primeira sementeira que servirá para ensaiar o funcionamento do sistema depois de obras terminadas em Setembro passado.

O Ministro da Agricultura e Segurança Alimentar, José Pacheco, que semana passada visitou a infraestrutura hidráulica, manifestou a sua satisfação pelo estágio preparativo da lavoura área onde serão lançadas as sementes de milho e feijão como culturas de ensaio.

O programa de construção do regadio de Chimunda tem como objectivo reduzir os níveis de insegurança alimentar no distrito de Govuro, assim como na região norte da Província de Inhambane, que inclui distritos de Inhassoro, Vilakulos e Mabo-te.

José Pacheco disse que o regadio de Chimunda é um verdadeiro instrumento para dinamizar processo de produção de comida, e por via disso, lutar contra a fome e malnutrição que afecta muitas pessoas naquela região.

O dirigente indicou que para a operacionalização do sistema que vai iniciar com actividade produtiva depois destes ensaios já na próxima campanha agrícola, será assinado esta semana o contracto de concessão da gestão com Rajaramdapu Agro Ptv.Ltd e a Sppa Sociedade económica de processamento agrícola, um consórcio que se vai encarregar pela orientação dos camponeses no trabalho naquele regadio.

José Pacheco disse ter ficado impressionado pelo nível de engajamento do sector na mitigação dos efeitos da seca que fustiga algumas regiões da província e afirmou que o inicio da produção na área coberta pelo regadio de Chimunda vai representar um grande salto na redução dos níveis da vulnerabilidade das populações da zona por causa da seca e estiagem.

“ A partir desta semana em que o regadio de Chimunda começa a operar, praticamente a agricultura no norte da Província de Inhambane passa a conhecer outra historia porque os camponeses locais passarão a ter maiores rendimentos do que antes. Além do regadio terão assistência dos técnicos permanente e terão disponível equipamento mecanizado para melhorar os níveis de produção”, disse Pacheco, acrescentado que há necessidade de os beneficiários serem vigilantes contra acções de sabotagem que começam a acontecer, de modo a garantir que a infra-estrutura funcione em pleno.

A utilização do perímetro do regadio para pastagem de gado, a realização de pesca nos canais primários e secundários e a destruição de outras componentes do regadio provoca interrupção da canalização da água para algumas áreas.

A propósito da vandalização de alguns

acessórios do regadio, a administradora do distrito de Govuro, Maria do Céu, disse que já manteve um encontro com os residentes locais sensibiliza-los sobre a necessidade de manter o sistema funcional para o benefício das próprias comunidades.

Maria de Céu que conversou com os criadores de gado bovino para não deixarem os seus animais invadir a área do regadio porque estragam canais, como também falou da necessidade de evitarem pescar nos canais.

Sobre a preparação da área para o lançamento das primeiras sementeiras, Maria do Céu adiantou que já foram seleccionados os camponeses do sector familiar que vão receber parcelas para desenvolver a agricultura, estando em curso a avaliação da selecção dos agricultores privados que igualmente poderão ter acesso às porções de terra.

O Governo da província de Inhambane optou pela gestão público-privado como estratégia viável para assegurar a sustentabilidade do regadio e definiu a ocupação de 60 por cento da área pelo sector familiar e 40 por cento para os agricultores privados.

O regadio de Chimunda dispõe de tractores com respectivas alfaias e na fase de produção terá um caminho para escoar os produtos aos mercados, com destaque para estâncias turísticas.



NO PAIS

Cresce a noção do valor nutritivo da batata-doce



A PRODUÇÃO da batata-doce já constitui prioridade para as famílias rurais nas províncias da Zambézia e Nampula, como resultado de percepção das vantagens nutricionais que a comercialização e consumo deste tubérculo oferece.

Esta conclusão foi divulgada segunda-feira na cidade de Nampula, no decurso da reunião bienal para apresentação de resultados de 2014-2016 do projecto Vista, Tecnologias Viáveis em batata-doce de Polpa Alaranjada.

Adoptado pelo Governo, em parceria com o Centro Internacional da Batata (CIP), a iniciativa tem como propósito contribuir para os esforços em curso, visando reduzir as altas taxas de desnutrição crónica em crianças abaixo dos cinco anos de vida que apresenta deficiência de absorção de Vitamina A.

O projecto está a estimular as comunidades a produzir a batata-doce de polpa alaranjada, tendo em conta o seu potencial para mitigar tanto a insegurança alimentar como nutricional.

Neste momento existe cerca de 19 mil famílias beneficiárias nos distritos de Meconta, Murrupula, Monapo e Rapale na província de Nampula.

Em relação a província da Zambézia, o mesmo está a decorrer nos distritos de Alto-Molocué e Gurué e a sua implementação é assegurada financeiramente pela Agencia dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Com a duração de 3 anos, o projecto privilegia três abordagens, nomeadamente a agricultura, nutrição e o mercado.

Sendo uma cultura de ciclo curto e com os primeiros resultados a serem colocados no mercado a partir de Maio, espera-se que os produtores possam arrecadar por ano um montante estimado em 15,3 milhões de meticais só de comercialização da batata-doce.

A nossa Reportagem apurou que ao nível dos beneficiários do Projecto Vista registou-se uma melhoria na dieta alimentar e nutricional.

Por outro lado soube-se que a batata-doce, em particular a de polpa alaranjada, passou para o lugar das cinco principais culturas alimentares nos últimos.

Isto é considerado

como uma mais-valia, particularmente pelos especialistas de saúde ligados á nutrição, pois dizem evidenciar o aumento do consumo deste produto.

Ademais, os especialistas congratulam os esforços do Governo visando a extensão de áreas de cultivo desta batata, uma vez que o seu consumo ajuda para absorção da vitamina A, traz benefícios para saúde, sobretudo, das crianças com menos de cinco anos de idade, mulheres grávidas e mães em fase de aleitamento dos seus bebés.

Segundo Maria Andrade, representante do Centro Internacional de Batata, no campo da investigação tem se estado a registar progressos visando a melhoria da qualidade da batata-doce de polpa alaranjada. Por exemplo, três das 15 novas variedades desta batata libertadas no país em 2011, tornaram-se tolerantes á seca como resultado de pesquisas genéticas.

Em termos de perspectivas para o futuro, o projecto Vista pretende estabelecer até finais do ano um total de 100 campos de multiplicação de ramos de batata-doce e providenciar acções de capacitação aos produtores em técnicas para utilização de raízes daquela cultura como fonte de material de plantio.

Por outro lado estão previstas formações das comunidades em matérias sobre nutrição.



